

PRODUTOS EDUCACIONAIS COM TEMÁTICA INDÍGENA PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTADO DA ARTE.

CAVALCANTI, Rêmia Vasconcellos¹

MELO, Beatriz Medeiros²

RESUMO

Este artigo compõe parte do esforço de investigação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) com objeto central o tratamento da cultura indígena no Ensino Médio Integrado, especificamente a religiosidade/espiritualidade indígena. Neste estudo, apresentaremos um estado da arte, por meio de revisão bibliográfica (metodologia qualitativa) de pesquisas desenvolvidas em programas de mestrado e doutorado profissionais na área de Ensino, que tiveram como proposição a construção de Produtos Educacionais (PE) concernentes às questões indígenas. Inicialmente, apresentaremos debate teórico sobre a relação entre Educação Integral, baseado nas perspectivas teóricas de Karl Marx e Antônio Gramsci, e Educação Intercultural em Fidel Tubino e Catherine Walsh, destacando o diálogo profícuo entre essas perspectivas no sentido de pensar os processos de exploração/dominação; no segundo momento, apresentaremos um “estado da arte” do desenvolvimento de pesquisas e PE relacionados à questão indígena. Este trabalho se justifica em função da cultura ser componente curricular obrigatório da disciplina de Sociologia e História. Ademais, a Lei nº 11.645/2008 obriga o estudo da História e Cultura Indígena no Ensino da Educação Básica. Também é importante reconhecer a presença/ausência de PE que visibilizam problemáticas indígenas, desmitificar as narrativas eurocêntricas e alertar para a necessidade de ouvir as vozes destes povos marginalizados. O interesse na temática surge da inserção da pesquisadora em projeto de extensão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena-Campus Maceió/IFAL. A revisão bibliográfica empreendida demonstra (resultados) que há produtos interessantes e significativos já desenvolvidos neste PPG, mas que são pouco representativos nacionalmente, e que nenhum deles tem como objeto de estudo a religiosidade/espiritualidade indígena. Esta investigação preliminar, desse modo, reforça a importância e ineditismo da pesquisa e do produto que pretendemos desenvolver.

Palavras-chaves: religiosidade/espiritualidade, indígena, educação integral, educação intercultural, produtos educacionais

¹ Doutora em Sociologia e Docente do Instituto Federal de Alagoas, beatriz.melo@ifal.edu.br.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, remia@ifal.edu.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo se dedica a analisar o tratamento da religiosidade/xamanismo indígena no âmbito educacional do Ensino Médio Integrado com a intenção de impulsionar uma perspectiva de Educação Integral, orientada nos trabalhos de Ciavatta (2007), Ramos (2008), etc., e de Educação Intercultural, inspirada nos estudos de Oliveira e Candau (2010). Adicionada a esta proposta, houve as seguintes intenções: alertar para a necessidade de efetivação da Lei Federal de nº 11.645/2008, que obriga a inserção da História e Cultura Indígena no contexto da Educação Básica, e a evidenciação de autores/as de dissertações de mestrados e teses de doutorados profissionais da área de Ensino, que tiveram como proposição a abordagem das problemáticas indígenas em seus Produtos Educacionais (PE), estudo este realizado através de revisão bibliográfica (metodologia quantitativa).

Este trabalho é parte da investigação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, em rede nacional, que se encontra ainda em andamento, e se valerá das estratégias metodológicas das pesquisa bibliográficas, dos campos das Ciências Sociais que teceram pertinentes reflexões sobre o tema, e qualitativas. Para este propósito foram realizadas revisão teórica e bibliográfica para melhor compreensão e aprofundamento da temática proposta. Sendo utilizados as seguintes fontes: livros, artigos, dissertações, teses de várias bases de dados, entre elas: Educapes, Sucupira, Observatório ProfEPT, Scielo, Google Acadêmico, entre outras. Reitera-se que, os resultados estão em processo de construção, mas percebe-se a relevância do artigo, tanto pela proposta de desmitificar imagens e narrativas eurocêntricas como pela compreensão de que ainda é limitada a construção de produtos didáticos que trabalham a questão da religiosidade indígena.

Verificando essa ausência e analisando que o programa de mestrado tem base teórica de orientação marxista, com fundamentos no viés da Educação Integral, entende-se que o debate sobre a temática exige o estabelecimento de um diálogo entre as perspectivas de Educação Integral e Educação Intercultural, esta última baseada nos debates pós-coloniais e decoloniais, para discutir a importância de refletir a cultura indígena dentro do Ensino Médio Integrado, versando um elemento específico da cultura indígena, a religiosidade. Para além disso, demonstrar a existência de materiais didáticos que abordam as questões indígenas. Vale salientar que Gramsci, em seus escritos sobre a perspectiva da escola unitária, enxerga essa fase (Ensino Médio) como determinante, fase que trabalha os valores primordiais do ser

humano, ainda segundo ele “o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social” (GRAMSCI, 2004, p.40).

Quando se discute as questões indígenas, faz-se necessário discorrer acerca do processo colonial brasileiro, vez que as narrativas dos colonizadores eram preconceituosas, discriminatórias em relação aos nativos, narrativas que foram perpetuadas para além desse período. Para Oliveira “a literatura de viagem e as crônicas produzidas no período colonial respondem em boa parte pela construção e proliferação de uma imagem dos indígenas carregada de detalhes exóticos, contornos selvagens e demoníacos” (OLIVEIRA, 2015, p.63).

É nesse contexto que o processo educacional brasileiro se estrutura e, em razão disso, evidencia-se a urgência em debater as perspectivas de uma Educação Integral e uma Educação Intercultural que prime por desconstruir preconceitos, contribuir com o debate, com o senso crítico dos/as estudantes, corroborando para uma sociedade mais justa e igualitária.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTERCULTURAL ATRAVÉS DO DEBATE SOBRE RELIGIOSIDADE/XAMANISMO INDÍGENA.

É sabido que todo o processo de colonização tem um escopo, não sendo diferente no processo colonial brasileiro, o viés econômico, com vistas a esvaziar as riquezas locais, para isso, valendo-se de usurpação das terras, da escravização e da violência para com os povos nativos. Como se não bastasse a exploração generalizada, os colonizadores também impuseram seus valores culturais e costumes. Apesar do desejo da completa usurpação da cultura dos povos originários, e das muitas violências empreendidas para esse fim, os colonizadores não lograram completo sucesso no empreendimento, tendo em vista a demonstração de forte ligação, por parte dos indígenas, com suas tradições ancestrais, as quais, para Langdon (2016) foram a fonte de sobrevivência dos nativos, identificada através das práticas xamânicas enquanto importante meio de resistência.

Outro fato importante foi o processo de catequização dos povos indígenas. Os religiosos por não reconhecer e validar a centralidade das tradições religiosas na cosmovisão indígena, os caracterizavam como povos sem fé, sem Deus, que precisavam da condução civilizadora da religiosidade cristã. Paiva verifica em seus estudos que, para os missionários, os nativos aparentavam-se “mais aos brutos animais que dos homens, e que eram inconstantes e imaturos” (PAIVA, 2000, p.14).

Com vistas às narrativas etnocêntricas construídas no período colonial e para além deste período, é que o processo educacional brasileiro foi estruturado, e em razão disso, evidencia-se a necessidade do fortalecimento de uma formação Educacional Integral e Intercultural, garantidoras do amplo conhecimento, oportunizando aos/as estudantes uma emancipação plena. Posto isto, que o/as autor/as Melo, Alves e Freire ratificam que o “fim do colonialismo político não representou, todavia, o fim da estrutura de dominação colonial. O imaginário não se descoloniza por decreto” (MELO, ALVES e FREIRE, 2021, p. 7).

Nesse sentido, este artigo tem um viés crítico em relação ao processo de exploração-dominação que envolve a colonização e o desenvolvimento do capitalismo. A perspectiva da Educação Integral questiona, de um lado, a produção de um sujeito cindido entre o pensar e o fazer, produzido no bojo das relações capitalistas, por meio dos processos de alienação; de outro, uma educação geral que reproduz as mazelas sociais do sistema capitalista, que divide a sociedade e a educação em duas categorias: a que lucra com o trabalho alheio e a que executa o trabalho; a que obtêm os conhecimentos científicos e tecnológicos e a que detêm conhecimentos específicos para determinado labor. Posto isto, é que para Ramos, torna-se necessário defender uma educação que “desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos” (RAMOS, 2008, p.6).

Assim, tomando-se como referência Ciavatta (2007) que contextualiza o surgimento do conceito de formação integrada, que advém da base teórica de Karl Marx, Lukács e Gramsci, e desenvolve argumentos que destacam a necessidade de integrar a formação geral com a técnica, caminhando em direção a uma educação do futuro, termo utilizado por Karl Marx (1989). Que Gramsci defende o trabalho como “princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual[...]de forma trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (GRAMSCI, 1981, p. 144 *apud* CIAVATTA, 2007, p. 6).

É notório que só a partir do resgate histórico da alteração normativa educacional na legislação brasileira, trazido pela Lei nº 11.645/2008, é que podemos contextualizar o prelúdio da regulamentação da Educação Intercultural em relação aos povos indígenas. Morais baseia-se em Grosfoguel para esclarecer que a Educação Intercultural pode resgatar “cosmologias e epistemológicas do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial” (GROSFOGUEL, 2009, p. 407 *apud* MORAIS, 2021, p.93)

Para Alves (2003) o processo cultural advém de um legado histórico: o que somos, acreditamos, falamos e agimos faz parte de um condicionamento sociocultural, ou seja, ao

longo da vida aprendemos a ser, pensar e fazer a partir do que nos foi transmitido através das gerações. E para que haja uma transformação nesse processo cultural é necessário a (re)estruturação da formação educacional com base em uma perspectiva Intercultural, alicerçada na valorização e reconhecimento das várias formas de cultura, de religiosidade, que não as ocidentais e coloniais, a exemplo do xamanismo indígena que, ao longo da história brasileira foi marginalizado por não se moldar às práticas da cultura europeia e da religião cristã. Posto isto, traz-se o pensamento de Catherine Walsh:

El desafío de hoy [...] tiene que ver con el desaprender para reaprender. En eso los y las mayores ofrecen muchas enseñanzas. Entre ellas, hay las enseñanzas y lecciones de la resistencia, incluyendo la resistencia de “no aprender” lo que intentaba imponer la sociedad dominante (Walsh, 2017, 302)

É nesse contexto que se percebe que as narrativas e imagens advindas do processo de colonialidade “ainda marcam as subjetividades e as práticas de exclusão e inferiorização dos indígenas no presente” (OLIVEIRA, 2015, p.61). Sendo notável que uma Educação Integral e uma Educação Intercultural são de suma importância para a desconstrução de paradigmas impostos pelo colonialismo, uma vez que ambas favorecem os conhecimentos gerais e críticos da formação do estudante, fator fundamental para a evolução de uma sociedade agregadora de valores éticos e morais.

A TEMÁTICA INDÍGENA EM SALA DE AULA ATRAVÉS DE PRODUTOS EDUCACIONAIS: UM ESTADO DA ARTE

Como citado anteriormente, a Lei 11.645/2008 além de relevante para a educação brasileira, oportuniza aos povos indígenas serem vistos como fontes de contribuição histórica e cultural à nação brasileira, ao tempo que colabora para romper com a imagem incivilizada dos indígenas, arraigada desde os tempos coloniais até os dias presentes.

Envolvida por este contexto e alicerçada nessas reflexões é que aqui se propõe recuperar e refletir sobre a construção de PE de autores/as de dissertações de mestrados e teses de doutorados profissionais na área de Ensino que abordam a temática indígena, através de breve revisão bibliográfica realizada via Plataforma Educapes³ e Observatório ProfEPT⁴,

³ <https://obsprofeppt.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>

⁴ <https://educapes.capes.gov.br/>

reconhecendo a presença/ausência de produtos didáticos que visam dar visibilidade a diversas problemáticas das populações indígenas, evidenciando assim um Estado da Arte.

Ressalta-se que, como mestrandia do ProfEPT, intenciona-se elaborar um PE que tenha aplicação prática no âmbito educacional ao tempo que também colabore para momentos de reflexão e compreensão do que está por trás das narrativas dos livros didáticos acerca da história da colonização do Brasil, uma vez que os conteúdos destes materiais reproduzem, em grande medida, a visão colonizadora, negligenciando as vozes dos nativos.

O material a ser construído será um livro didático, digitalmente e ilustrativo, com conhecimentos relevantes, com objetivo de preencher lacunas existentes ou complementar os conteúdos dos livros didáticos do componente curricular da disciplina de Sociologia. Este material propõe uma linguagem com profundidade adequada, visual leve e atraente, com proposta de se adequar ao público-alvo, os/as estudantes do Ensino Médio Integrado. Os conteúdos serão fundamentados por pesquisa bibliográfica, ainda em processo de realização.

Passa-se agora a esboçar, sucintamente, os PEs, contemplando o conteúdo, o formato, o âmbito da produção e a área de atuação de cada um deles. A intenção é evidenciar o olhar que cada um lança sobre essas populações, a contribuição de cada um para o maior reconhecimento da história e cultura indígena nas escolas. Na pesquisa realizada no Observatório ProfEPT encontramos 5 (cinco) produtos educacionais produzidos pelo ProfEPT entre os anos de 2020 e 2022. Na Plataforma EduCAPES encontramos outros 3 (três) trabalhos. Advertimos para dificuldades encontradas na pesquisa realizada na EduCapes, considerando a multiplicidade de tipos de materiais ali disponíveis, inclusive artigos, teses, dissertações, documentos que não dizem respeito a PEs, e a limitação no estabelecimento de filtros que diferenciam estes materiais.

Iniciando pela análise dos PEs no ProEPT⁵, temos o PE intitulado “Etnias Indígenas Alagoanas⁶”, produzido pela mestra e jornalista Adriana Cirqueira Freire e orientado pela docente e socióloga Beatriz Medeiros de Melo. ProfEPT/*Campus* Benedito Bentes, ano 2020, apresentado na dissertação intitulada “Educação Integrada e a Questão Indígena: uma proposta de intervenção nos Cursos de Ensino Técnico Integrado ao Médio do Instituto Federal de Alagoas”. O produto é um livro didático digital de 64 páginas que pode ser utilizado por uma diversidade de áreas de conhecimento (História, Geografia, Sociologia,

⁵ Os produtos do ProfEPT foram encontrados inicialmente por meio de pesquisa no Observatório ProfEPT, que por sua vez possui links que levam aos trabalhos disponibilizados na EduCAPES.

⁶ Link para o produto educacional: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573426>. Link para a dissertação de mestrado: <https://www2.ifal.edu.br/profept/dissertacoes/2020>.

Língua Portuguesa, Artes), dividido em 5 capítulos: 1. Para início de conversa; 2. História; 3. Quem são e como vivem; 4. Cultura; 5. Sem finalizar. Apresenta conhecimentos e informações bastante diversas sobre a presença de povos indígenas no Estado de Alagoas através da história e nos dias atuais, ilustrado com fotografias, imagens, quadros e infográficos. O trabalho é o primeiro do PPG a tratar do tema, teve ampla visibilidade na mídia e tem sido trabalho de referência no Estado para o tratamento da questão indígena nas escolas.

Também no ano de 2020 foi defendido o PE intitulado “Blog – Corporalidades Indígenas na EPT⁷”, acesso pelo endereço www.corporalidadesindigenasnaept.com, autor docente e mestre Fabrício Gurkewicz Ferreira e orientado pela docente e historiadora Lediane Fani Felzke, ProfEPT/IFRR, apresentado na dissertação intitulada “Corporalidades indígenas e a sua inserção no ambiente escolar: possibilidades através de uma proposta integradora”. O PE é um blog direcionado, em especial, para o Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico, da Educação Profissional Tecnológica, os conteúdos têm, em especial, proximidade com à área de Educação Física. O Blog apresenta 05 (cinco) seções: Apresentação do PE; segunda seção (planos de aula, slides e vídeos para atividades educacionais); terceira seção (metodologias utilizadas); quarta seção (materiais científicos direcionados para o entendimento das corporalidades indígenas); quinta e última seção (livros, sites e vídeos temáticos). o PE Apresenta, entre outros, conhecimentos acerca da compreensão da percepção que os povos indígenas possuem a respeito do seu corpo, as intervenções no, sobre e por meio deste, e que estes conhecimentos sejam trazidos para o meio escolar.

Passemos a outro trabalho também defendido no ano de 2020, intitulado “Estudantes Macuxi na Educação Profissional e Tecnológica: experiência no Campus Amajari⁸”, da autora Maria Aparecida Xavier Silva e orientadora docente e historiadora Lediane Fani Felzke, ProfEPT/IFRR, apresentado na dissertação intitulada “Aspectos Culturais e Metodológicos no Processo de Aprendizagem dos Estudantes Indígenas: experiências do Instituto Federal de Roraima *Campus Amajari*”. O produto é um livro didático de 96 páginas que pode ser utilizado pela área de Agropecuária e Sociologia, dividido em 4 capítulos: Apresentação; 1. História e Organização Social dos Estudantes Macuxi: um recorte dos espaços e práticas culturais na comunidade do Contão, município de Pacaraima - RR; 2. Percepções dos

⁷ Link para o Produto Educacional: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/570163>. Link para a dissertação https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/iewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9162825.

⁸ Link para o Produto Educacional: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574684>. Link para a dissertação: <https://portal.ifro.edu.br/component/phocadownload/category/3248-dissertacoes-aprovadas>.

Estudantes Indígenas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em Regime de Alternância Sobre a Educação Profissional e Tecnológica; 3. Aproximando Saberes Técnicos dos Saberes Tradicionais dos Estudantes Indígenas; 4. Reflexões Finais. Tem como proposta concatenar os conhecimentos técnicos com os saberes ancestrais, além da divulgação dos saberes culturais da comunidade indígena, utilizando-se de ilustrações dos próprios alunos indígenas.

No ano de 2021 o ProfEPT teve dois produtos educacionais produzidos e validados, um curso de formação profissional e um protocolo de acolhimento de estudantes indígenas. O curso de formação profissional intitulado “Guia Metodológico - Formação Continuada de Professores da Educação Básica: ensino da história e cultura indígena brasileira por meio das tecnologias⁹”, foi construído pelo mestre Dener Guedes Mendonça, orientadora Dra. Ramony Maria da Silva Reis Oliveira, ProfEPT do IFNMG/Campus Montes Claros – MG, ano 2021, apresentado na dissertação intitulada “Formação Continuada de Professores da Educação Básica: ensino da história e cultura indígena brasileira por meio das tecnologias. O Produto é um Guia Educacional e Metodológico destinado para a Educação Básica e Profissional Tecnológica, com carga horária de 40 anos, e que apresenta conhecimentos e informações valendo-se das tecnologias, para promover o ensino da história e da cultura indígena nos currículos das escolas públicas.

O Produto Educacional “Protocolo de acolhimento de estudantes indígenas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do campus Guajará-Mirim do IFRO¹⁰” foi desenvolvido pela mestra Fernanda Léia Batista Souza Estêvão, orientada pela docente Xênia de Castro Barbosa no ProfEPT/RO, ano 2021, e apresentado na dissertação intitulada “Evasão, retenção e permanência de estudantes indígenas no Campus Guajará-Mirim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO”. O PE é um protocolo de atendimento com 6 (seis) passos direcionados ao acolhimento dos alunos indígenas. Material está direcionado para as áreas Educação, Pedagogia, Enfermagem, Psicologia, Assistência Social, Assistência ao aluno. Apresenta protocolos de atendimento, acolhimento e acompanhamento a estudantes indígenas que estudam em escolas urbanas.

Por fim, no ano de 2022 foi defendido no ProfEPT o Produto Educacional intitulado

⁹ Link de acesso: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/602256>. Link para a dissertação: <https://drive.google.com/file/d/13nz4ZhZBx8HmG40RnsNvyDqOJO46rzvW/view?usp=sharing>

¹⁰ Link para o Produto Educacional: <https://portal.ifro.edu.br/component/phocadownload/category/3249-produto-educacional-validado?download=12719:estevo-barbosa-2021-protocolo-acolhimento-estudante-indigena-ept-profep-efro> (Não foi encontrado o produto no site da EduCapes, mas no site da instituição de ensino). Link para a dissertação: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/586994>.

“Resistir para existir: a temática indígena na história de Muriaé¹¹”, elaborado por Beatriz Alves M. Santos, orientada pela Prof.^a Dr.^a Edivânia Maria G. Duarte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-ProfEPT/*Campus* Rio Pomba. Apresentada na dissertação intitulada “A Temática Indígena no Curso Técnico de Agroecologia Integrado ao Ensino Médio. O produto é um documentário histórico com duração de 1:06:05 sobre as etnias indígenas Puriê e Muriê no Império brasileiro e início da República, século XIX.

A plataforma EduCapes direcionou a produtos desenvolvidos em outros programas de pós-graduação profissionais, e passamos a tratá-los aqui. O primeiro deles, advindo do curso de Especialização em Docência, PE intitulado “Curso online de História Indígena para o Ensino Médio (AVA/Moodle)¹²”, elaborado pela mestra Bianca Luiza Freire de Castro França, orientada pelo docente Prof. Dr. Gabriel de Oliveira Soares, Programa de Pós-Graduação em Docência/IFMG – Campus Avançado Arcos, ano 2020, apresentado na dissertação intitulada “As TICs na abordagem da História Indígena: um estudo de caso com alunos do Ensino Médio da rede pública estadual do Rio de Janeiro”. O Material é um curso online de 20 horas: Semana 1. Relação Colonial (1500 – 1822): O índio como amigo e o índio inimigo; Semana 2. Indigenismo do século XIX: O índio como ancestral; Semana 3. O advento da República (XIX – XX): O índio tutelado; Semana 4. Dias atuais (XX - XXI): O índio insurgente. O trabalho contribui sobremaneira com a efetivação da Lei 11.645/2008.

Outro PE encontrado no programa de Mestrado, intitulado “Vozes da Resistência: sequências didáticas de abordagem decolonial para aulas de História na Educação de Jovens e Adultos¹³” foi produzido pela mestre Thays Leal Silva, orientado pela Prof^a Dra Ana Carolina Rigoni Carmo, do Programa Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica/Colégio Pedro II, ano 2021, e apresentado na dissertação intitulada “Ensino de História e Decolonialidade na Educação de Jovens e Adultos: uma discussão curricular no município de Resende/RJ”. O produto é um caderno de orientação pedagógica destinado a docentes da área de História, mas pode ser adaptado para outras áreas de conhecimento, que atuam nos anos

¹¹ Link para o Produto Educacional: https://www.youtube.com/watch?v=ziHg_XBeZik (em função de problemas na plataforma EduCapes no último ano, alguns produtos ainda não foram lançados na plataforma). Link para a dissertação: não encontrado.

¹² Link para acesso ao Produto Educacional: https://www.ifmg.edu.br/arcos/pos-grad-docencia/artigos-e-produtos/turma-2019-1/produto_bianca_franca_2019-1.pdf. Link para acesso ao Trabalho de Conclusão de Curso: não encontrado.

¹³ Link para o Produto Educacional: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/700153>. Link para a dissertação: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11311526.

finais do Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos. É composto por quatro sequências didáticas: 1. Cultura Material, cultura Imaterial e povos indígenas; 2. Quilombos: resistência ontem e hoje; 3. Revolta dos Malês e a intolerância Religiosa; 4. Quartos de despejos: questões sociais, raciais e a construção de uma radionovela. Apresenta conhecimentos e informações que favorecem docentes das áreas de História e afins, a desenvolver melhor os temas propostos, colaborando, assim, na formação de estudantes engajados em agir sobre o mundo para atuar e transformar a realidade sempre que possível.

E concluímos nosso trabalho de apresentação e análise de produtos educacionais que tratam da questão indígena fazendo referência ao produto intitulado “Abordagem de Astronomia Indígena Brasileira como Objeto de Construção e Formação Humana para a Cidadania¹⁴”, do mestre José Tomaz de Oliveira Junior, orientado por Prof. Dr. Gustavo Isaac Killner. Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional/Ensino de Ciências e Matemática– IFSP, ano 2021, e apresentado na dissertação intitulada “Reflexões sobre Astronomia Indígena Brasileira como potencial objeto de conhecimento na formação cidadã” O produto é um Encarte Caderno de Orientação Docente de 36 páginas, com 6 capítulos: 1.Introdução; 2. Fundamentação Teórica; 3. Objetivos; 4. Metodologia; 4. Problematizando o conhecimento; 5. Material didático: O perigo da história única; 6. Roteiro. Apresenta conhecimentos e informações de modo a decolonizar a produção científica, valorizando a diversidade cultural a partir do uso da Astronomia Indígena Brasileira. A proposta do PE possibilita trabalhar e caminhar em direção a perspectivas curriculares pós-críticas, as quais são centradas na apresentação do multiculturalismo e ação interdisciplinar.

Pode-se perceber que os elementos centrais dos PEs expostos e analisados tem como proposta valorizar a diversidade cultural, oferecer subsídios didáticos aos docentes e trazer para o chão da escola os saberes, a cultura e os costumes dos povos indígenas.

Tendo em vista que o artigo é advindo de uma investigação de mestrado ainda em andamento, não há como elencar todos os resultados, porém foi percebido que há relevância do tema, baseado nas argumentações expostas ao longo deste artigo. Ademais, pode-se afirmar que após breve investigação, na Plataforma Educapes e Observatório ProfEPT, não foi encontrado PEs que trabalham especificamente a questão da religiosidade indígena, embora alguns deles passem pelo tema.

¹⁴Link para o Produto Educacional e dissertação (são um único documento): https://spo.ifsp.edu.br/images/phocadownload/DOCUMENTOS_MENU_LATERAL_FIXO/POS_GRADUA%C3%87%C3%83O/MESTRADO/Ensino_de_Ci%C3%A4ncias_e_Matem%C3%A1tica/Dissertacoes/2021/JOSE_TOMAZ_DE_OLIVEIRA_JUNIOR_2021_ProdutoEducacional.pdf.

Posto isto, baseia-se em Pacheco (2012) para defender a construção de ferramentas educacionais adequadas que visem atingir a pluralidade dos sujeitos envolvidos, com vistas às suas particularidades de aprendizado e suas histórias de vida, sendo este o caminho para uma formação educacional mais ampla, que ultrapassa os saberes didáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do artigo tem a intenção de impactar, a priori, na reflexão acerca do debate das narrativas etnocêntricas advindas do processo colonial português em relação à religiosidade (xamanismo) indígenas, deixando marcas cruéis e violentas nas populações indígenas até os dias atuais. Ademais, a demonstração e sistematização de PEs propõe colaborar para a divulgação dessas ferramentas pedagógicas, que visa instigar a pluralidade cultural, além de colaborar para a efetivação da Lei Federal de nº 11.645/2008.

Nesse sentido, apresentou-se PEs que têm aplicação prática no âmbito educacional, ao tempo que também colaboram para momentos de reflexão e compreensão do que está por trás das narrativas dos livros didáticos acerca da história da colonização do Brasil. Com base nisto é que se anseia por uma Educação Integral e uma Educação Intercultural, as quais exigem uma docência apta a estimular uma visão de mundo abrangente, a acolher a diversidade de experiências, culturas, cosmovisões, ao tempo que também estimula os estudantes a sair do estado de passividade diante do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. **Cultura e cotidiano escolar**. Revista Brasileira de Educação. nº 23 pp.62-74. maio/jun/jul/Ago 2003. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200005>> Acesso em 05 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <[L11645 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CIAVATTA, Maria. **Formação Integrada: caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho**. 14 p. 2007. Disponível em < <https://docero.com.br/doc/n010vv5n> >. Acesso em 22 mai. 2022

GARCIA, Gesse Ricardi Batista. NEVES, Josélia Gomes. **A Interculturalidade na perspectiva de Catherine Walsh e Fidel Turbino**. Revista Pedagogia – UFMT. Número 5. jul/dez 2016. Disponível em: <http://pop.tudorondonia.com/noticias/unir-em->

processo-de-consulta-para-reitor-o-silencio-sobre-os-indigenas-em-suas-propostaspermanece,59065.sh
tml Acesso: 24/06/2022.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3ª edição. Rio de Janeiro. ed. Civilização Brasileira. 2004. Disponível em: <Gramsci.pdf (marxismo21.org)> Acesso em: 02 mai. 2021.

LANGDON, Esther Jean. **A performance da diversidade:** o xamanismo como modo performático. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 09 - 40, junho (2016). Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2016.116460>>. Acesso em 17 de set. 2021.

MELO, Beatriz Medeiros de. ALVES, Diego dos Santos. FREIRE, Adriana Cirqueira. **Educação Integral e Intercultural:** histórias e memórias de povos indígenas e comunidades quilombolas alagoanos em produtos educacionais para o ensino médio. Revista Humanidades e Inovação, v. 8 n. 53. p. 121-136. nov/2021. Disponível em: <educação integral e intercultural: histórias e memórias de povos indígenas e comunidades quilombolas alagoanos em produtos educacionais para o ensino médio| humanidades & inovação (unitins.br)>. Acesso em nov/2021.

MORAIS, Pâmela Samara Vicente. **O perigo de uma história única:** colonialidade e branquitude nos currículos de Relações Internacionais. Monografia (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2021 Disponível em: . Acesso em: 03 jun de 2022.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues. **Ensino de história indígena:** trabalhando com narrativas coloniais e representações sociais. In: PORTUGAL, AR.; HURTADO, LR. (orgs.). Representações culturais da América indígena [on-line]. Desafios contemporâneos collection, pp. 59-80. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788579836299>>. Acesso em 29 jun. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e inercultural no Brasil.** Belo Horizonte: Educação em Revista, v. 26, n. 01, p.15-40, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10 de jun de 2021.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Editora Moderna Ltda. 2012.

PAIVA, José Maria de. **Transmitindo Cultura:** a catequização dos índios do Brasil, 1549-1600. Revista Diálogo Educacional, vol. 1, núm. 2, julio-diciembre, 2000, pp. 1-22 Pontificia Universidade Católica do Paraná. Paraná. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118252012>>. Acesso em: 18 jun 2022.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado.** Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Maio. p. 1-26. maio 2008. Disponível em: < concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf (forumeja.org.br)>. Acesso em: 05 mai. 2021.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales:** Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO II , editora Serie Pensamiento Decolonial. 2017